Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 06.11.

12 de outubro de 2018. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

311727353

ADMINISTRAÇÃO INTERNA, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, AMBIENTE E MAR

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Deliberação n.º 1167/2018

Considerando que o regulamento Geral de Segurança XII — Vias interditas à circulação — designa, entre outros, como agentes em via interdita "Piloto em Via Interdita" e "Condutor em Via Interdita";

Considerando que as funções de Piloto em Via Interdita e Condutor em Via Interdita são funções relevantes para a segurança ferroviária;

Considerando que existem Pilotos e Condutores em Via Interdita que requerem a renovação de títulos habilitantes que se encontram caducados há mais de cinco anos;

Considerando que se torna necessário definir os requisitos para essa renovação;

O Conselho Diretivo do IMT, I. P., delibera:

As pretensões referentes à renovação de certificados de Piloto em Via Interdita e Condutor em Via Interdita, caducados há mais de cinco anos, devem ser obrigatoriamente instruídas com os seguintes elementos:

a) Requerimento devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante do dono da obra para quem o Piloto ou Condutor em Via Interdita irá trabalhar;

b) Relatório de avaliação médica com menção "Apto para as funções de Piloto em Via Interdita ou Condutor em Via Interdita";

c) Relatório de avaliação psicológica com a menção "Apto para as funções de Piloto em Via Interdita ou Condutor em Via Interdita";

d) Certificado de formação com aproveitamento em curso de reciclagem para Piloto em Via Interdita ou Condutor em Via Interdita, ministrado por entidade formadora certificada pelo IMT, I. P.;

e) Comprovativo do pagamento da taxa devida para efeitos de renovação de títulos habilitantes para o pessoal com funções relevantes para a segurança ferroviária.

2 de agosto de 2018. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elísio Silva Peralta Feio,* presidente — *Luis Miguel Pereira Pimenta,* vogal.

311727483

Deliberação n.º 1168/2018

Pelo aviso n.º 2774/2018, de 9 de fevereiro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 41, de 27 de fevereiro e divulgado na Bolsa de Emprego Público, foi aberto procedimento concursal para preenchimento do cargo de direção intermédia do 1.º grau — Diretor de Serviços de Sistemas de Informação do IMT, I. P.

Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos números 9 a 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, na sua versão atual, o Conselho Diretivo do IMT, I. P. designa, em comissão de serviço pelo período de três anos, renovável, no cargo de Diretor de Serviços de Sistemas de Informação, o Licenciado Paulo Manuel Castanho Coelho Bispo, com os seguintes fundamentos:

Detém os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes;

O designado possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respetivo resumo curricular, anexo à presente deliberação, podendo exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

A presente designação, que tem cabimento no orçamento de funcionamento do IMT, I. P. produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2018.

8 de agosto de 2018. — O Conselho Diretivo: *Eduardo Elísio Silva Peralta Feio,* presidente — *Luís Miguel Pereira Pimenta,* vogal.

Nota Curricular

I. Dados pessoais:

Nome: Paulo Manuel Castanho Coelho Bispo
Data de nascimento: 26.01.1968

II. Formação académica:

Licenciatura em Informática de Gestão — Instituto Superior de Línguas e Administração (1987-1992)

III. Experiência Profissional:

Setembro de 2016 a julho de 2018 — Diretor de Serviço da Direção de Serviços de Sistemas de Informação do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P., em regime de substituição
Agosto de 2015 a agosto de 2016 — Técnico Superior da Direção de Serviços de Sistemas de Informação do Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P.
Junho de 2003 a julho de 2015 — Chefe do Departamento de Informática do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.
Janeiro de 1999 a junho de 2003 — Chefe do Departamento de Informática do Instituto Marítimo-Portuário, I. P.
Janeiro de 1993 a janeiro de 1999 — Técnico Especialista I na SIEMENS SA/Fábrica de Transformadores FM

IV. Formação complementar mais relevante:

Universidade Católica Portuguesa — Curso Digital Transformation: Reinventar as Empresas na Era Digital (2018)
Centro de Formação em Proteção de Dados, Cibersegurança e Conformidade Regulatória — Novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (2017)
Universidade Católica Portuguesa — Curso Intensivo Análise e Avaliação de Propostas em Procedimentos de Contratação Pública: Perspetivas Jurídicas e de Gestão (2016)
Significado — BPM — Análise, controlo e melhoria de processos (2015)
INA — Inovação Estratégica e Inteligência Competitiva (2015)
Instituto Superior Técnico — Curso de Especialização Gestão de Projetos Informáticos (2014)
Associação Portuguesa para a Qualidade — Gestão e Avaliação de Projetos (2012)
SGS Portugal — Gestão de Qualidade na Administração Pública (2011)
Instituto Superior Técnico — Curso de Especialização Organização e Gestão da Função Informática (2009)
INA — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (2006)

311727531

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 9944/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista para o meu gabinete, a licenciada Aurora da Conceição Silva França Barreto, para exercer funções nas áreas de assessoria jurídica, acompanhando igualmente os procedimentos de contratação pública dos serviços tutelados, as questões relacionadas com registos e notariado, bem como os projetos transversais associados ao plano de ação «Justiça + Próxima».

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos de gabinete.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos a 15 de outubro de 2018.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

11 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso.*

Nota Curricular

Dados Biográficos:

Aurora da Conceição Silva França Barreto
Data de nascimento: 18 de novembro de 1970

Habilitações académicas:

Pós-Graduação em Direito do Urbanismo, do Ordenamento do Território e do Ambiente, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente (CEDOUA) — 2006/2007.

Curso de Aperfeiçoamento na área de Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 1994/1995.

Licenciatura em Direito na União das Escolas Superiores do Pará — UNESPA — Belém, Pará, Brasil. Foi concedida equivalência à Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a informação final de 18 valores.

Percurso profissional:

Técnica superior na Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, nas áreas das carreiras e remunerações, em regime de mobilidade — 2018.

Técnica Superior no gabinete do Diretor do Departamento de Sistemas de Informação da Câmara Municipal de Lisboa para apoio nas áreas da contratação pública e apoio à gestão dos recursos humanos do departamento — 2015/2017.

Técnica Superior no gabinete da Diretora da Direção Municipal de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa para apoio à gestão e apoio ao despacho ao Diretor da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho na área dos recursos humanos e áreas da saúde e segurança no trabalho, dos acidentes e doença profissionais — 2011/2015.

Chefe da Divisão de Administração, Relações Públicas e Apreciação Liminar da Direção Municipal de Gestão Urbanística — 2008/2011.

Ingressou na categoria de Técnica Superior Principal — 2008.

Técnica Superior (jurista) de 2.ª classe no gabinete de Apoio da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística — Direção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística, nomeada como coordenadora para o Gabinete de assessoria à Diretora — 2001/2002.

Ingresso na categoria de Técnica Superior de 1.ª classe da Câmara Municipal de Lisboa — 2001.

Técnica superior (jurista) de 2.ª Classe na Direção Municipal de Reabilitação Urbana, Gabinete Local do Bairro Alto e Bica, Câmara Municipal de Lisboa — 1996/2001.

Jurista avençada na Direção-Geral de Viação de Lisboa, no domínio de aplicação do novo Código da Estrada, onde elaborava proposta de decisão administrativa em autos de contraordenação — 1994/1998.

Advogada — 1994/1996.

Estágio de Prática Forense nas áreas de Processo Administrativo, Fiscal, Comercial, Civil, Penal e do Trabalho, e de Organização Judiciária na União das Escolas Superiores do Pará (Brasil) — 1992.

Estágio e colaboração profissional em escritórios de Advogados (Brasil), nas áreas de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Tributário, Direito Comercial e Direito Agrário — 1990/1993.

Formação complementar:

Ciclos de Encontros do INA sobre a Administração Pública — 2018.
Curso sobre a revisão do Código dos Contratos Públicos — 2017.
Curso sobre QUAR e PA — 2017.
Curso do Código do Procedimento Administrativo — 2016.
Curso Código dos Contratos Públicos (Formação do Contrato) — 2015.
Curso Código dos Contratos Públicos — 2013.
Curso Código dos Contratos Públicos — 2011.
Curso de SIADAP — Indicadores e Objetivos — 2010.
Curso Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas — 2009.
Curso de Registo Predial — 2005.
Curso de Formação sobre Alterações à Lei das Empreitadas — 2000.
Curso de Formação sobre a Lei das Empreitadas — 2000.
Curso de Formação sobre o Regime Jurídico das Empreitadas e Obras Públicas (Decreto-Lei n.º 405/93) — 1998.
Curso de Formação sobre o Regime Jurídico de Empreitadas e Obras Públicas e Fornecimentos (Decreto-Lei n.º 55/95) — 1997.
Curso de Formação sobre o novo Código do Procedimento Administrativo — 1997.

Outros:

Integrou o grupo de trabalho para a revisão dos instrumentos de gestão na administração pública, criado pelo Despacho n.º 422/2018/SEAEP de 10/05/2018.

Prestou apoio jurídico à Comissão Arbitral Municipal de Lisboa, desde dezembro de 2007 a agosto de 2008.

Integrou a Equipa de Trabalho para elaboração do Projeto de "Regulamento de Taxas Urbanísticas", determinado pelo Despacho n.º 169/P/2006, publicado no B.M. n.º 639 de 18/05/2006, com efeitos a partir de 01/04/2006.

Formadora em duas ações do curso de formação sobre "Taxas Administrativas e Urbanísticas Relacionadas Com Obras Particulares" para técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, num total de 60 horas.

Instrutora em diversos processos disciplinares.

Ministrou aulas (2 horas por semana) sobre Direito e Aspetos Legais para a Salvaguarda do Património Cultural no curso de Pós-graduação de Restauro e Decoração de Interiores, na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Escola Superior de Artes Decorativas.

Possuidora de certificado de aptidão profissional para exercer a profissão de formador emitido pelo IEFP.

311723838

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 9945/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 10 de outubro de 2018, por delegação:

Ana Paula das Neves Soveral Albuquerque, Técnica de Justiça Adjunta do mapa de pessoal do Núcleo de Évora, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Évora — autorizada a permuta para idêntico lugar de Técnica de Justiça Adjunta do mapa de pessoal do Núcleo de Almada, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Paula de Jesus Serra Garcia, Técnica de Justiça Adjunta do mapa de pessoal do Núcleo de Almada, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa — autorizada a permuta, para idêntico lugar de Técnica de Justiça Adjunta do mapa de pessoal do Núcleo Évora, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Évora.

Prazo para início de funções: 2 dias

15 de outubro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

311730674

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra

Aviso (extrato) n.º 15337/2018

Por ter saído com inexatidão, anula-se o Aviso n.º 14582/2018, publicado no *Diário da República,* n.º 197/2018, 2.ª série de 2018-10-12.

12.10.2018. — A Diretora, *Maria José Nogueira.*

311725506

Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz, Lisboa

Aviso n.º 15338/2018

Tomada de posse do Diretor do Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz

Na sequência de procedimento concursal prévio e da eleição a que se referem os artigos 21.º, 22.º, 22.º-A, 22.º-B e 23.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, cujo resultado foi homologado tacitamente pela Diretora-Geral da Administração Escolar nos termos do n.º 4 do artigo 23.º do mesmo diploma, foi conferida posse a Rui Alberto Lopes da Silva Serrano, professor do quadro do grupo de recrutamento 300, para o exercício das funções de Diretor do Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz no quadriénio 2018-2022, em sessão pública perante o Conselho Geral, conforme previsto no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

10 de outubro de 2018. — A Presidente do Conselho Geral, *Maria Teresa Ferreira Martins*.

311726316

Aviso n.º 15339/2018

Abertura de Procedimento Concursal

Nos termos da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, tendo em conta os artigos 33.º e 34.º, os n.os 2, 3, 4 e 6 do artigo 36.º, os artigos 37.º e 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal com vista à contratação de 1 (um) Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo inteiro, na carreira de assistente operacional de grau 1, para pessoal portador da escolaridade obrigatória ou experiência profissional comprovada.